

EVOLUÇÃO DE PROGRAMAS E LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO À AMAMENTAÇÃO NO BRASIL

Bárbara Osório Xavier Montezuma
Maria de Jesus Queiroz de Souza
Nirla Rodrigues Romero
Marielle Ribeiro Feitosa
Nachielle da Silva Pinheiro
Rosy Denyse Pinheiro de Oliveira

Introdução: A amamentação traz benefícios nutricionais e imunológicos para o bebê, além de conferir vantagens à mãe¹. Nas décadas de 1960 e 1970, propagandas para o fortalecimento da indústria de laticínios tentavam favorecer o uso de fórmulas infantis (FI). Diante dos prejuízos causados pelo seu uso indiscriminado, houve um movimento de valorização, promoção e proteção da amamentação com programas e legislações². **Objetivos:** Fazer uma revisão de literatura de programas e legislações que protegem a amamentação no Brasil. **Métodos:** Realizada pesquisa em base de dados oficiais do governo e ANVISA, além de instituições não governamentais, como IBFAN, para verificar programas e legislações de proteção à amamentação no Brasil. **Resultados:** Em 1981, foi lançado o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno. Em 1980, foi iniciado PNIAM (Programa Nacional de incentivo ao aleitamento materno). Em 1988, a constituição garantiu a licença maternidade de 120 dias e foi publicada a Norma de Comercialização de Alimentos para Lactentes (NCAL), revisada em 1992 como Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL)^{2,3}. No mesmo ano, a Portaria nº 322 regulamentou o funcionamento de Bancos de Leite Humano (BLH), substituída em 2006 pela Resolução nº 171⁴. Em 1990, o Brasil lançou a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC). Em 2010, a portaria Nº 193 orienta a criação das salas de apoio à amamentação⁵. Em 2013 foi lançada a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB). Em 2017, a Lei nº 13.435 estabeleceu o Agosto Dourado, mês do aleitamento materno². **Conclusões:** O aumento do uso de FI e a redução da amamentação no Brasil trouxe a necessidade de programas e legislações de proteção à amamentação. A aprovação dessas normativas representaram um avanço, porém ainda há a necessidade de implementação efetiva e fiscalização adequada para o cumprimento.

Palavras-chave:

Aleitamento Materno; Marketing, Substitutos do leite humano.

REFERÊNCIAS:

1. Brasil. Ministério da Saúde. Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno. Brasília - DF, 2017. [Acesso em 14 jun. 2023]; Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/bases_discussao_politica_aleitamento_materno.pdf.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A legislação e o marketing de produtos que interferem na amamentação: um guia para o profissional de saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. [Acesso em 14 jun. 2023]; Disponível em: <http://www.ibfan.org.br/legislacao/pdf/doc-677.pdf>.

3. Boccolini CS, Oliveira MIC, Toma, TS, Peres PLP, Santos EKA, Passos MCG, et al. Metodologia e indicadores para monitoramento da NBCAL em estabelecimentos comerciais e serviços de saúde: estudo multicêntrico (Multi-NBCAL). *Cadernos de Saúde Pública*, 2021; v. 37, (supl I). [Acesso em 14 jun. 2023]; Disponível em: <https://scielosp.org/article/csp/2021.v37suppl1/e00272920/#>.
4. Rede Global de Bancos de Leite Humano. [homepage na internet]. *Legislação | rBLH Brasil*, 2018. [Acesso em 14 jun. 2023]; Disponível em: <https://rblh.fiocruz.br/legislacao>.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Guia para implantação de salas de apoio à amamentação para a mulher trabalhadora. Brasília - DF 2015. [Acesso em 14 jun. 2023]; Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_implantacao_salas_apoio_amamentacao.pdf.
5. Boccolini CS, Oliveira MIC, Toma, TS, Peres PLP, Santos EKA, Passos MCG, et al. Metodologia e indicadores para monitoramento da NBCAL em estabelecimentos comerciais e serviços de saúde: estudo multicêntrico (Multi-NBCAL). *Cadernos de Saúde Pública*, 2021;v. 37, (supl I). [Acesso em 14 jun. 2023]; Disponível em: <https://scielosp.org/article/csp/2021.v37suppl1/e00272920/#>.
5. Rede Global de Bancos de Leite Humano. [homepage na internet]. *Legislação | rBLH Brasil*, 2018. [Acesso em 14 jun. 2023]; Disponível em: <https://rblh.fiocruz.br/legislacao>.